

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA  
COMARCA DE IRITUIA/PA**

**REF. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº**

**AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**

**REQUERIDO: MUNICÍPIO DE IRITUIA**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER**

**COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, por meio de sua representante legal em exercício na Promotoria de Justiça de Muaná, no uso de suas atribuições e constitucionais e legais, com fundamento no art. 129, inciso III, da Constituição Federal; art. 182, inciso III, da Constituição Estadual; art. 25, IV, “a”, da Lei nº 8.625/93; art. 52 da Lei Complementar Estadual nº 057, de 06.07.06; arts. 4º, 5º, 19 e 21 da Lei nº 7.347/85; arts. 208 e §§ da Lei nº 8.069/90; Lei nº 9.394/96 e demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, vem, perante V. Exa., propor a presente

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER**

**COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA**

Em face do **MUNICÍPIO DE IRITUIA**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 05.93123000100, representado pelo Procurador-Geral do Município ou Prefeito Municipal **Marcos de Lima Pinto**, com endereço para citação na sede da Prefeitura Municipal, localizada na rua Principal, Centro, s/n, CEP 6865-5000, pelas razões de fato e de direito que seguem:

## **I. DOS FATOS:**

Após o recebimento de denúncias acerca do abandono das escolas de Irituia, principalmente da zona rural, passamos a fazer vistorias em algumas que estariam em condições precárias e fomos até a escola municipal SANTOS DO CARMO, localizada no Assentamento Carlos Prestes e encontramos o seguinte panorama:

### **“RELATÓRIO DE VISITA A SANTOS DO CARMO – ASSENTAMENTO CARLOS PRESTES**

### **RELATÓRIO DE VISITA**

No dia 12/03/2024, após o recebimento de denúncias informando que são comuns os seguintes problemas na rede pública municipal de Irituia:

- falta de merenda escolar nas escolas da zona rural;
- problemas com falta de transporte escolar ou precariedade dos veículos;
- falta de reforma e ampliação das escolas com recursos do FUNDEB;
- ampliação do fornecimento do ensino a alunos de apenas 3 (três) anos de idade (creche) sem existência de estrutura e também do 6º e 7º anos que já são oferecidos pelo Estado do Pará nas escolas estaduais, sem qualquer ampliação das escolas municipais ou realização de concurso público, enfim sem qualquer providência para recepção de novos alunos, afim de oferecer ensino de qualidade.

A referida escola foi instalada em um casarão de uma fazenda que foi transformada em área de assentamento, denominado Assentamento Carlos Prestes.

Verificamos que a estrutura do Casarão é muito boa, espaçoso, no entanto, está completamente abandonado pelo decurso do tempo e das gestões. O teto e as paredes do casarão estão tomados de fezes de morcego e outros animais.



As crianças estão instaladas em salas com vidros quebrados, sem ventilação e respirando fezes de morcego, que é de conhecimento público nocivo à saúde.

O telhado das salas está com imensas e nítidas goteiras.

A escola não possui água encanada, a única merendeira da escola tem que tirar água de poço cavado no chão sem fechamento adequado, onde já se denunciou a existência de larvas de sapos e outros animais para cozinhar e limpar, ou seja, totalmente inapropriada ao consumo humano.

O banheiro é um cenário de terror, totalmente sem higiene, sem água, sem pia, as crianças fazem as necessidades no chão, num local totalmente insalubre e que não recebe qualquer tratamento de limpeza há tempos. A sensação ao entrar no espaço é de falta de ar em razão forte odor aliado a náuseas.

Imaginar que crianças tão pequenas como as frequentam a escola de 3 à 5 anos e adolescentes tem que usar um espaço totalmente imundo, desumano, sem água, sem higiene para fazer suas necessidades, nos deixa extremamente abalados como os serem humanos são tratados.

Na cozinha o cenário não é diferente do banheiro, visto que não tem água potável e a única água utilizada para fazer as refeições e limpeza do espaço é tirada de uma cisterna de forma manual pela servente, sendo que já foi dito a água é nitidamente imprópria ao consumo em razão da exposição da cisterna a todo tipo de contaminação e falta de higiene.

No armário havia alguns restos de merenda, não havia nenhuma proteína ou frutas e legumes.

A mesa utilizada para merenda apesar de ser grande e espaçosa, fica entre a cozinha e o banheiro imundos e sem disposição de água, também com as paredes tomadas por fezes de morcego.

Verificamos que no casarão onde funciona a escola existe uma sala com muitos entulhos ao lado da sala de aula, gerando risco de virar criatório de animais peçonhentos e danosos a saúde das pessoas que frequentam o espaço.

Não verificamos a existência de produto de higiene e limpeza no local, sendo que mesmo que houvesse seria insuficiente dada a dificuldade de disponibilidade de água para realização de higiene e limpeza.

No caminho das visitas de uma escola a outra, constatamos transporte escolar com pneus desgastados, ausência de cinto de segurança, portas amarradas com cordas.

Fomos verificar o portal transparência do próprio município de Irituia e não verificamos realização de qualquer licitação para reforma e ampliação de escolas.

Verificamos ainda que não houve realização de concurso público na gestão atual, no entanto, a contratação de servidores na área da educação por prazo determinado é galopante.

Considerando ainda que fizemos visitas em outras duas escolas, confirmando os mesmos problemas em todas, podemos concluir que as denúncias recebidas procedem e tomaremos as seguintes providências:

(...)"

O SINTEPP vem fazendo inúmeras denúncias e a própria população por meio das redes sociais, desde o início da gestão do atual Prefeito e Secretário Municipal de Educação, acerca da precariedade das escolas de Irituia, no entanto, percebe-se a tolerância e chancela com um tratamento que afronta os princípios da dignidade da pessoa humana e a comunidade estudantil, ferindo de morte o Estatuto da Criança e do Adolescente ao especialmente os alunos e profissionais que transitam na Escola Municipal de Ensino Fundamental SANTOS DO CARMO, que fica no Assentamento Carlos Prestes.

Ao realizarmos visita a escola ficamos chocados com as condições

precárias de funcionamento, principalmente a ausência de rede de água, a única funcionária da escola tem que retirar água de uma cisterna instalada no chão e sem qualquer tratamento da água ou limpeza periódica, sendo que notícias de ter sido encontrado larvas de animais na cisterna são antigas, visto que a tampa não veda.

A água da referida cisterna apesar de ser claramente imprópria ao consumo humano é utilizada para consumo e preparação de merenda escolar, podendo causar doenças graves aos consumidores.

O banheiro é extremamente inadequado e sem nenhuma higiene, causando ânsia de vômito em razão do extremo mal cheiro e falta de limpeza rotineira.

As paredes de todos os ambientes da escola são tomados de fezes de morcegos, sendo que as crianças, muitas entre 3 a 5 anos de idade respiram essas fezes, consomem a água contaminada e utilizam o banheiro imundo.

As salas de aula são insalubres, sem qualquer ventilação e com grandes goteiras no telhado.

Excelência, o cenário é abominável e sem qualquer respeito aos direitos mínimos de dignidade a pessoa humana, sendo que o município mesmo após receber vários pedidos de providências do SINTEPP nada fez.

Frisamos que a visita da equipe da Promotoria de Irituia, foi acompanhada por duas representantes do SINTEPP que já conheciam a precariedade da escola, havendo registros fotográficos dos fatos narrados e anexados a presente demanda.

A Representante do Ministério Público estarecida com a situação solicitou inspeção pela vigilância sanitária, afim de respaldar o risco a saúde a que estão expostos os alunos e professores.

Considerando que é praxe do gestor municipal não responder aos ofícios do MPE, nem cumprir as Recomendações expedidas, acreditamos que crendo na impunidade, viemos de plano propor a presente demanda dada a gravidade dos fatos constatados e narrados na inicial.

Veja Excelência o gestor Municipal deixou a escola chegar a esse ponto, mesmo sendo cientificado pelo SINTEPP, sem adotar nenhuma providência para melhorar as condições de salubridade dos alunos o que demonstra sua falta de compromisso com a educação, não priorizando os interesses absolutos das crianças.

Diante da omissão, negligência e descaso do Município, requerer-se a

tutela do Poder Judiciário para obrigá-lo a respeitar o direito desta comunidade estudantil tão flagelada, desrespeitada e angustiada diante da inércia do réu, deixando pequenos cidadãos em um nível de vulnerabilidade que não se pode ignorar.

Nessa trilha, frisamos que por meio das visitas verificamos que nada está funcionando corretamente na área da educação municipal, porque não encontramos merenda suficiente nas escolas, os veículos do transporte escolar estão precários ou insuficientes, não houveram reformas de prédios e nem a realização de concurso público nos últimos três anos, mas assumiram o ônus de oferecer o 6º e 7º ano que são de atribuição do Estado do Pará, aglomerando adolescentes em escolas precárias e colocando professores contratados para ministrar aula, sem qualquer seleção prévia.

Outro ponto gravíssimo detectado é o município de Irituia ter passado a oferecer atendimento educacional a alunos a partir de 3 anos de idade, que deveriam estar em creches devidamente adaptadas para a primeira infância, no entanto, estão amontados nas escolas precárias e sem estrutura, juntamente com os demais alunos de idades maiores, submetidos a riscos diversos a incolumidade.

## **II. DA LEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO:**

A legitimidade do Ministério Público para promover ação civil pública em defesa de interesses coletivos é incontestável, nos exatos termos dos dispositivos localizados nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal.

Dentre os interesses coletivos mencionados na Constituição da República é fácil se localizar o direito à saúde e à educação para aqueles que trabalham e estudam na Escola Municipal de Ensino Fundamental **SANTOS DO CARMO**.

O art. 5º da Lei n.º 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, também legitima o *Parquet* a defender o direito à educação, veja-se:

*“Art. 5º O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos,*



*associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigí-lo”.*

Por oportuno, observe-se as ementas a seguir transcritas, nas quais o Superior Tribunal de Justiça reconhece a legitimidade do Ministério Público para atuar na defesa da educação, notadamente quando envolve crianças e adolescentes:

*PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. VESTIBULAR. LIMITAÇÃO DO NÚMERO DE CONCESSÕES DE ISENÇÃO DE TAXAS PARA EXAME EM UNIVERSIDADES FEDERAIS. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO.1. A jurisprudência desta Corte vem se sedimentando em favor da legitimidade ministerial para promover ação civil pública visando a defesa de direitos individuais homogêneos, ainda que disponíveis e divisíveis, quando na presença de relevância social objetiva do bem jurídico tutelado (a dignidade da pessoa humana, a qualidade ambiental, a saúde, a educação, apenas para citar alguns exemplos) ou diante da massificação do conflito em si considerado.*

*Precedentes.2. Oportuno notar que é evidente que a Constituição da República não poderia aludir, no art. 129, inc. II, à categoria dos interesses individuais homogêneos, que só foi criada pela lei consumerista. Contudo, o Supremo Tribunal Federal já enfrentou o tema e, adotando a dicção constitucional em sentido mais amplo, posicionou-se a favor da legitimidade do Ministério Público para propor ação civil pública para proteção dos mencionados direitos.3. No presente caso, pelo objeto litigioso deduzido pelo Ministério Público (causa de pedir e pedido), o que se tem é pretensão de tutela de um bem divisível de um grupo: a suposta invalidade da limitação do número de concessões de isenção de taxas para exame vestibular de*

*universidades federais em Pernambuco. Assim, atua o Ministério Público em defesa de típico direito individual homogêneo, por meio da ação civil pública, em contraposição à técnica tradicional de solução atomizada, a qual se justifica não só por dizer respeito à educação, interesse social relevante, mas sobretudo para evitar as inumeráveis demandas judiciais (economia processual), que sobrecarregam o Judiciário, e evitar decisões incongruentes sobre idênticas questões jurídicas.*<sup>4</sup>. Nesse sentido, é patente a legitimidade ministerial, seja em razão da proteção contra eventual lesão ao interesse social relevante de um grupo de consumidores ou da massificação do conflito.<sup>5</sup>. *Recurso especial provido. (STJ - REsp 1225010/PE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/03/2011, REPDJe 02/09/2011, DJe 15/03/2011).*

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. ALÍNEA "C" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. NÃO-DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA. DIREITO A CRECHE E A PRÉ-ESCOLA DE CRIANÇAS ATÉ SEIS ANOS DE IDADE. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – ECA. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DO CONTROLE JURISDICIONAL. LESÃO CONSUBSTANCIADA NA OFERTA INSUFICIENTE DE VAGAS.

- 1. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.*
- 2. Na ordem jurídica brasileira, a educação não é uma garantia qualquer que esteja em pé de igualdade com outros direitos individuais ou sociais. Ao contrário, trata-se de absoluta prioridade, nos termos do art. 227 da Constituição de 1988. A*



*violação do direito à educação de crianças e adolescentes mostra-se, em nosso sistema, tão grave e inadmissível como negar-lhes a vida e a saúde .3. O Ministério Público é órgão responsável pela tutela dos interesses individuais homogêneos, coletivos e difusos relativos à infância e à adolescência, na forma do art. 201 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.4. Cabe ao Parquet ajuizar Ação Civil Pública com a finalidade de garantir o direito a creche e a pré-escola de crianças até seis anos de idade, conforme dispõe o art. 208 do ECA.5. A Administração Pública deve propiciar o acesso e a frequência em creche e pré-escola, assegurando que esse serviço seja prestado, com qualidade, por rede própria.6. De acordo com o princípio constitucional da inafastabilidade do controle jurisdicional (art. 5º, XXXV, da CF), garantia básica do Estado Democrático de Direito, a oferta insuficiente de vagas em creches para crianças de zero a seis anos faz surgir o direito de ação para todos aqueles que se encontrem nessas condições, diretamente ou por meio de sujeitos intermediários, como o Ministério Público e entidades da sociedade civil organizada.7. No campo dos direitos individuais e sociais de absoluta prioridade, o juiz não deve se impressionar nem se sensibilizar com alegações de conveniência e oportunidade trazidas pelo administrador relapso. A ser diferente, estaria o Judiciário a fazer juízo de valor ou político em esfera na qual o legislador não lhe deixou outra possibilidade de decidir que não seja a de exigir o imediato e cabal cumprimento dos deveres, completamente vinculados, da Administração Pública.8. Se um direito é qualificado pelo legislador como absoluta prioridade, deixa de integrar o universo de incidência da reserva do possível, já que a sua possibilidade é, preambular e obrigatoriamente, fixada pela Constituição ou pela lei. 9. Se é certo que ao Judiciário recusa-se a possibilidade de substituir-se à Administração*



*Pública, o que contaminaria ou derrubaria a separação mínima das funções do Estado moderno, também não é menos correto que, na nossa ordem jurídica, compete ao juiz interpretar e aplicar a delimitação constitucional e legal dos poderes e deveres do Administrador, exigindo, de um lado, cumprimento integral e tempestivo dos deveres vinculados e, quanto à esfera da chamada competência discricionária, respeito ao due process e às garantias formais dos atos e procedimentos que pratica. 10. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp 440.502/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/12/2009, DJe 24/09/2010)*

Firmada assim a legitimidade do Ministério Público para propositura da ação.

### **III. DO DIREITO À EDUCAÇÃO:**

As diretrizes dos diplomas internacionais garantidores dos direitos infanto-juvenis, nomeadamente a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1950, a Constituição Federal de 1988 contemplou a doutrina da proteção integral, segundo a qual às crianças e aos adolescentes devem ser asseguradas todas as necessidades de um ser humano para o pleno desenvolvimento de sua personalidade.

Com efeito, pela mencionada doutrina da proteção integral, são resguardados aos menores de idade, à vista da peculiar condição de pessoas em fase de desenvolvimento biopsicossocial, direitos e garantias específicas, além daqueles que são a todos assegurados.

Nesse norte, o art. 227 da Carta Constitucional estabelece, em seu *caput*, ser “*dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão*”.



Ademais, o art. 205 da Carta Magna prescreve que a educação “será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Na mesma esteira, a Lei nº 8.069/90 estabelece, em seu art.4º, que:

*"É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público, COM ABSOLUTA PRIORIDADE, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, À EDUCAÇÃO, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária" (grifamos).*

O dispositivo ao norte deve ser interpretado à luz de toda sistemática idealizada pela própria Lei nº 8.069/90 com vista à proteção integral de crianças e adolescentes, compreendendo:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;*
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;*
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;*
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.*

O direito à educação engloba o direito de matricular-se, frequentar a escola e a progredir. Em outras palavras, significa que o Poder Público deve garantir condições para que o discente permaneça estudando e com êxito. Não se tolera a ocorrência de aulas em estabelecimentos que não oferecem condições mínimas indispensáveis para um bom aprendizado ou em condições precárias a ponto de desabar, ou ainda, não se admite que os discentes assistam aulas com a luz do sol

no rosto como revelam os registros fotográficos e o relatório de visita, em anexo. Inegavelmente, este aprendizado resta comprometido na Escola Municipal de Ensino Fundamental SANTOS DO CARMO em Irituia.

Não é essa educação que a Carta da República pretende dispensar aos discentes brasileiros. O dever de proteger integralmente, e com absoluta prioridade, os interesses infanto-juvenis engloba, sem dúvida, a obrigação dos corresponsáveis, nomeadamente o Estado, de adotar medidas que afastem esses interesses de todas as formas de risco.

No caso em análise, verifica-se a obrigação premente do Município de Irituia em executar medidas necessárias, para garantir o acesso e à continuidade da educação a todos os alunos, a evitar que assistam aulas em salas não apropriadas, privando-os do ensino de qualidade, com acesso à biblioteca, laboratórios e principalmente em espaços que possam ocasionar risco a integridade física a crianças, adolescentes e adultos que nas unidades estejam trabalhando ou recebendo educação.

Por outro lado, sob o aspecto exclusivamente educacional, sabe-se que o art. 206, VII, da Constituição Federal, garante que o ensino será ministrado com base no princípio do padrão de qualidade, que envolve desde as condições das instalações físicas da escola até o próprio desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Importante consignar, ainda que não se apresenta como óbice ao deferimento da tutela antecipada a discricionariedade do Executivo em definir as políticas públicas. Não se nega a existência de um espaço da reserva decisória em favor da Administração, contudo, hodiernamente, percebe-se uma atenuação nessa seara, a fim de permitir ao Judiciário *“se imiscuir, inclusive, nas escolhas ou opções do legislador, quando observar desacordo com metas, finalidades, enfim com parâmetros de juridicidade previstos no ordenamento jurídico”*<sup>1</sup>.

É sabido que o controle jurisdicional das políticas públicas é medida excepcional, no entanto é assegurada a interferência do Judiciário para resguardar a

---

<sup>1</sup> **BARROS, Marcus Aurélio de Freitas. Controle Jurisdicional de Políticas Públicas: parâmetros objetivos e tutela coletiva. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2008. p. 140.**

observância dos limites constitucionalmente definidos, conforme se nota do aresto do Supremo Tribunal Federal abaixo reproduzido:

*“RECURSO EXTRAORDINÁRIO - CRIANÇA DE ATÉ SEIS ANOS DE IDADE - ATENDIMENTO EM CRECHE E EM PRÉ-ESCOLA - EDUCAÇÃO INFANTIL - DIREITO ASSEGURADO PELO PRÓPRIO TEXTO CONSTITUCIONAL (CF, ART. 208, IV) - COMPREENSÃO GLOBAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL À EDUCAÇÃO - DEVER JURÍDICO CUJA EXECUÇÃO SE IMPÕE AO PODER PÚBLICO, NOTADAMENTE AO MUNICÍPIO (CF, ART. 211, § 2º) - RECURSO IMPROVIDO. - A educação infantil representa prerrogativa constitucional indisponível, que, deferida às crianças, a estas assegura, para efeito de seu desenvolvimento integral, e como primeira etapa do processo de educação básica, o atendimento em creche e o acesso à pré-escola (CF, art. 208, IV). - Essa prerrogativa jurídica, em consequência, impõe, ao Estado, por efeito da alta significação social de que se reveste a educação infantil, a obrigação constitucional de criar condições objetivas que possibilitem, de maneira concreta, em favor das "crianças de zero a seis anos de idade" (CF, art. 208, IV), o efetivo acesso e atendimento em creches e unidades de pré-escola, sob pena de configurar-se inaceitável omissão governamental, apta a frustrar, injustamente, por inércia, o integral adimplemento, pelo Poder Público, de prestação estatal que lhe impôs o próprio texto da Constituição Federal. - A educação infantil, por qualificar-se como direito fundamental de toda criança, não se expõe, em seu processo de concretização, a avaliações meramente discricionárias da Administração Pública, nem se subordina a razões de puro pragmatismo governamental. - Os Municípios - que atuarão, prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil (CF, art. 211, § 2º)*



- não poderão demitir-se do mandato constitucional, juridicamente vinculante, que lhes foi outorgado pelo art. 208, IV, da Lei Fundamental da República, e que representa fator de limitação da discricionariedade político-administrativa dos entes municipais, cujas opções, tratando-se do atendimento das crianças em creche (CF, art. 208, IV), não podem ser exercidas de modo a comprometer, com apoio em juízo de simples conveniência ou de mera oportunidade, a eficácia desse direito básico de índole social. - Embora resida, primariamente, nos Poderes Legislativo e Executivo, a prerrogativa de formular e executar políticas públicas, revela-se possível, no entanto, ao Poder Judiciário, determinar, ainda que em bases excepcionais, especialmente nas hipóteses de políticas públicas definidas pela própria Constituição, sejam estas implementadas pelos órgãos estatais inadimplentes, cuja omissão - por importar em descumprimento dos encargos político-jurídicos que sobre eles incidem em caráter mandatório - mostra-se apta a comprometer a eficácia e a integridade de direitos sociais e culturais impregnados de estatura constitucional. A questão pertinente à "reserva do possível". Doutrina" (STF - RE-AgR 410715/SP - SÃO PAULO - Relator(a): Min. CELSO DE MELLO - Julgamento: 22/11/2005 - Órgão Julgador: Segunda Turma - Publicação: DJ 03-02-2006 PP-00076 EMENT VOL-02219-08 PP-01529 - RIP v. 7, n. 35, 2006, p. 291-300, disponível em [www.stf.jus.br](http://www.stf.jus.br), acessado em 06/02/2009) – destaques nossos.

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará em cirúrgico e atual posicionamento jurisprudencial decidiu neste último dia 02.12.2019, de acordo com a jurisprudência dominante das cortes superiores:

ACÓRDÃO: 210297 COMARCA: CAPITÃO POÇO DATA DE

JULGAMENTO: 02/12/2019 00:00 PROCESSO:  
00012700520178140000 PROCESSO  
MAAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUZIA  
NADJA GUIMARAES NASCIMENTO CÂMARA: 2ª TURMA DE  
DIREITO PÚBLICO Ação: Agravo de Instrumento em:  
AGRAVANTE:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB  
14800 - RICARDO NASSER SEFER (PROCURADOR(A))  
AGRAVADO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO  
PARA Representante(s): OAB 10413 - NADILSON PORTILHO  
GOMES (PROMOTOR(A)) PROCURADOR(A) DE  
JUSTICA:LEILA MARIA MARQUES DE MORAES EMENTA: .  
AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA.  
ESCOLA PARCIALMENTE DESTRUÍDA POR FORÇA DAS  
MARÉS. OBRIGAÇÃO DE OFERTA DE EDUCAÇÃO EM  
LOCAL ADEQUADO, SEGURO, LIMPO E COM TOTAIS  
CONDIÇÕES PARA APRENDIZAGEM ALÉM DE OBRAS E  
SERVIÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVO PRÉDIO  
ESCOLAR. DEVER DO ESTADO. LIMITAÇÕES LEGAIS OU  
DIFICULDADES FINANCEIRAS QUE NÃO PODEM COLOCAR  
EM RISCO A INCOLUMIDADE FÍSICA DOS ESTUDANTES E  
PROFESSORES. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO  
PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. JUDICIÁRIO  
QUE TEM POR DEVER INSTITUCIONAL ZELAR PELO  
CUMPRIMENTO IRRESTRITO DE NORMAS  
CONSTITUCIONAIS. COMINAÇÃO DE ASTREINTES.  
POSSIBILIDADE. RECURSOS NÃO PROVIDO.”(grifo nosso)

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONSTITUCIONAL. AÇÃO  
CIVIL PÚBLICA. REFORMA DA ESCOLA ESTADUAL.  
MANUTENÇÃO DO JULGADO. 1- Quanto a alegação de  
ausência de demonstração da dotação orçamentária para a  
realizar da reforma da escola, registre-se que de acordo**



**com a jurisprudência dos tribunais superiores, a Administração Pública não pode sob alegação genérica se utilizar como fundamento da negativa de direito (criado por ...Ver ementa completa ele próprio) a ausência de previsão orçamentária. 2- Do mesmo modo não cabe a alegação de excesso de obrigações contra o Poder Público, o excesso foi originado pelo próprio, uma vez que não foi diligente tanto na manutenção e conservação do patrimônio público. 3- Ademais, é possível ao Poder Judiciário determinar a implementação pelo estado quando inadimplente, de políticas públicas constitucionalmente previstas, sem que haja ingerência em questão que envolve o poder discricionário do Poder Executivo”. (RE 464.143 AgR, Relatora Ministra Ellen Graice, Segunda Turma, Dje 19/2/2010 4- O Poder Público Estadual também alegou a necessidade de procedimento licitatório para a reforma da escola. (TJ-PA 08062340320208140000, Relator: EZILDA PASTANA MUTRAN, Data de Julgamento: 09/12/2020, 1ª Turma de Direito Público, Data de Publicação: 14/01/2021)**

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. POLÍTICAS PÚBLICAS. DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO. REFORMA EM ESCOLA. PRECARIEDADE DAS INSTALAÇÕES QUE COLOCA EM RISCO A INTEGRIDADE FÍSICA DOS INTEGRANTES DA COMUNIDADE ESCOLAR. VIOLAÇÃO À SEPARAÇÃO DOS PODERES. INOCORRÊNCIA. EXCEPCIONALIDADE DA SITUAÇÃO COMPROVADA QUE PERMITE AO PODER JUDICIÁRIO DETERMIAR À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA QUE EFETUE MEDIDAS ASSECURATÓRIAS A FIM DE GARANTIR DIREITOS CONSTITUCIONALMENTE RECONHECIDOS. AUSÊNCIA DE





PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA QUE NÃO POSSUI O CONDÃO DE AFASTAR A IMPLEMENTAÇÃO DE DIREITO FUNDAMENTAL. PRECEDENTES. NEGARAM PROVIMENTO AO APELO. UNÂNIME. (TJ-RS - AC: 70085300572 RS, Relator: Alexandre Mussoi Moreira, Data de Julgamento: 16/12/2021, Quarta Câmara Cível, Data de Publicação: 20/01/2022)

Não se pode olvidar que se está diante de um direito fundamental: a educação de crianças e adolescentes. Nesse contexto, qualquer justificativa de natureza técnica e orçamentária jamais poderia sobrepor-se a esse direito, qualificado como direito subjetivo inalienável. O interesse financeiro e secundário do Município não pode prevalecer quando confrontado com o direito fundamental.

#### **IV. APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB:**

Excelência, independente da gestão que esteja a frente do Poder Executivo Municipal percebe-se o completo descaso com a educação de qualidade, descaso na aplicação dos recursos e ausência de comprometimento com a educação, com o bem estar e a dignidade da pessoa humana que estuda ou trabalha nas escolas da rede municipal.

É fato público e notório o abandono pelo qual passam as escolas de Irituia e *quicá* do estado do Pará, visto que só são reformadas ou ampliadas, quando há propositura de ações judiciais pelo MPE. A gestão da Secretaria de Municipal e Estadual esquece que o ensino é direito subjetivo de todos e obrigação do poder público, não encontrando limites de aplicação de receitas.

O sistema de custeio da educação pública básica, introduzida pela Lei Federal nº 11.494/2007, que criou o FUNDEB, tem como objetivo promover a redução de desigualdades educacionais entre Estados e Municípios de diferentes regiões do país, através da transferência equitativa de recursos, tomando-se por base um valor nacional por aluno matriculado, fixado em censo realizado no ano anterior. O que nem



de longe desobriga Estados e Municípios a investirem outros recursos, provenientes de outras fontes de custeio, para cumprirem a sua tarefa constitucional de oferecer ensino fundamental de qualidade aos alunos.

Ao verificarmos o portal da Transparência do município de Irituia, não visualizamos nenhuma licitação para reforma ou ampliação de escolas, ferindo a determinação legal que determina que 30% dos recursos do FUNDEB sejam destinados para reformas e ampliação de escolas.

As únicas melhorias encontradas nas escolas estão sendo feitas com recursos do PDDE, do Conselho Escolar ou por meio de força tarefa da própria população.

Também não verificamos a realização de concurso público para contratação de profissionais da área da educação, no entanto, há inúmeras contratações temporárias declaradas no portal da transparência a partir do ano de 2024, ou seja, com nítida intenção de garantir “votos de cabresto”, por ser um ano eleitoral.

## **V. DA NECESSIDADE DA TUTELA JURISDICIONAL DE URGÊNCIA:**

A antecipação de tutela em ações que objetivem a obrigação de fazer ou não fazer possui previsão no art. 461, *caput* e § 3º, do Código de Processo Civil, aplicável à Ação Civil Pública por força do que dispõe o art. 19 da Lei n.º 7.347/85.

Assim, sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente.

A probabilidade do direito é evidenciada através das inúmeras normas constitucionais e infraconstitucionais que consagram à criança e ao adolescente a proteção integral dos seus direitos com absoluta prioridade, em especial aquelas que, já se encontram há mais de três anos estudando em local totalmente inapropriado, já se encontram prejudicadas no exercício de um dos seus direitos fundamentais: o direito à EDUCAÇÃO, sendo absolutamente injustificável a omissão do MUNICÍPIO

DE IRITUIA e da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO em tratar a situação das crianças e adolescentes da **Escola Municipal Santos do Carmo**.

Do conjunto probatório, extrai-se o perigo do dano a saúde e a própria vida das crianças ante a inquestionável falta de estrutura do prédio da escola municipal Santos do Carmo, devendo a mesma ser INTERDITADA.

Por outro lado, fez necessário que a Gestão Pública garanta a colocação das crianças e adolescentes em um local que cumpra as determinações legais, bem como o fornecimento de mobiliários e equipamentos necessários e, assim, viabilize o regular funcionamento da escola. Desta forma, restam preenchidos os requisitos previstos no caput do artigo 300 do CPC para a concessão da tutela de urgência requerida em caráter antecedente.

Como já amplamente demonstrado, a antecipação da tutela específica pretendida nos presentes autos, se consubstancia na obrigação do MUNICÍPIO DE IRITUIA, este também através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, de cumprir o dever político-constitucional de implementar e manter programas e serviços de qualidade, destinados ao atendimento de crianças e adolescentes da referida unidade de ensino, que estão relegados a toda sorte de descaso pelos gestores municipais.

A violação dos direitos humanos se evidencia diante dos fatos narrados na inicial, por isso busca-se a readequação dos alunos e professores em um prédio mais adequado às necessidades da escola, para assegurar a dignidade das crianças, adolescentes e profissionais da educação.

Ademais, a natureza dos interesses em jogo (resguardo da educação) afasta qualquer indagação sobre a concessão da medida liminar contra o Município-promovido. Não é despiciendo lembrar que a jurisprudência pátria admite a antecipação de tutela contra a Fazenda Pública, desde que a situação não se enquadre nas hipóteses prevista na Lei n.º 9.494/97, observe-se:

*PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. TRANSPORTE ESCOLAR GRATUITO. TUTELA ANTECIPADA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA.*



*POSSIBILIDADE. 1. O art. 2º da Lei n. 8437/92, tido por violado, não foi apreciado pelo Tribunal a quo, padecendo do necessário prequestionamento. Incidência da Súmula n. 282 do STF, por analogia. 2. A antecipação de tutela em desfavor da Fazenda Pública pode ser concedida, desde que a situação não esteja inserida nas hipóteses do art. 1º da Lei n. 9.494/97, que estabelece que não será concedido o provimento liminar apenas quando importar em reclassificação ou equiparação de servidor público, concessão de aumento de vencimento ou extensão de vantagens, situações que não são a dos autos. Precedentes. 3. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no Ag 1281355/ES, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL M ARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/08/2010, DJe 28/09/2010) **negrito acrescido.***

Por conseguinte, se faz necessária a concessão da tutela de urgência, sob pena de perecimento de direitos fundamentais e graves prejuízos à crianças e adolescentes que estudam na Escola Municipal Santos do Carmo, visto que o Poder Público local não direciona as verbas públicas para priorizar o regular serviço de educação.

## **VI. DOS PEDIDOS:**

*Ex Positis*, o Ministério Público Estadual requer a Vossa Excelência:

1. Seja concedida a **TUTELA ANTECIPADA EM CARÁTER ANTECEDENTE**, com fulcro nos arts. 294, § único e 300 caput, ambos do CPC, para determinar a **INTERDIÇÃO** do prédio onde funciona atualmente a Escola Municipal Santos do Carmo;
2. Que as crianças e os adolescentes sejam realocados para um prédio que respeite dignidade as condições de acesso ao ensino de qualidade;



3. A confirmação dos efeitos da Tutela, determinando ao Interdição do prédio antigo por completa inadequação do espaço, até que o Município promova a construção de prédio definitivo, em que funcionará a Escola Municipal de Ensino Fundamental Santos do Carmo.
4. Seja realizada a citação do requerido, para que em caráter de urgência, providencie a adequação do espaço com os itens constantes no tópico dos acolhidos para um prédio que ofereça todas as especificações definidas em lei e a correção das irregularidades apontadas por ocasião das visitas de inspeção realizadas pelo Ministério Público ou Poder Judiciário, sob pena como da aplicação de sanções de ordem civil e administrativa a cada um (pessoas físicas), incluindo imposição de indenização por dano moral coletivo, nos termos dos arts. 5º, c/c art. 216, da Lei 8.069/90 c/c arts. 186 e 927 do Código Civil;
5. Seja fixada, já na concessão da tutela antecipada de urgência, **multa diária de R\$ 3.000,00 (três reais) em caso de descumprimento da medida judicial determinada, em face do Prefeito Municipal e seu Secretário de Educação, ou por meio de bloqueio de verba pública não vinculada a aplicação específica, como por exemplo o ICMS;**
6. A produção de todas as provas em direito admitidas, notadamente a juntada de documentos, realização de vistorias, oitivas de testemunhas e outras que se fizerem necessárias;
7. A intimação pessoal do Ministério Público de todos os atos e termos processuais.
8. Seja concedida prioridade desta ação na ordem cronológica de recebimento para publicação e efetivação do pronunciamento judicial, conforme art. 153, § 2º, inciso I do NCPC.

Dá-se à causa o valor de R\$ 20.000,00 (vinte reais).

Nestes termos,

Pede deferimento.

Irituia, 03 de Abril de 2024.

**AMANDA LUCIANA SALES LOBATO ARAUJO**

Promotora de Justiça , respondendo



ANEXO:

1.Procedimento Administrativo SAJ nº 09.2024.00000933-7



Tribunal de Justiça do Estado do Pará - 1º Grau  
Processo Judicial Eletrônico  
**Recibo de entrega de manifestação processual**

**Processo**

|                     |   |
|---------------------|---|
| Número do processo: | 0800210-45.2024.8.14.0023   |
| Órgão julgador:     | Vara Única de Irituia   |
| Jurisdição:         | Irituia   |
| Classe:             | AÇÃO CIVIL PÚBLICA (65)   |
| Assunto principal:  | Obrigações de Fazer / Não Fazer   |
| Valor da causa:     | 0,00  |
| Partes:             | MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ (05.054.960/0001-58) X MUNICIPIO DE IRITUIA (05.193.123/0001-00) |

| Documentos do processo | Tipo | Tamanho (KB) |
|------------------------|------|--------------|
|------------------------|------|--------------|

|                 |                 |        |
|-----------------|-----------------|--------|
| Petição Inicial | Petição Inicial | 238218 |
|-----------------|-----------------|--------|

| REQUERENTE | REQUERIDO |
|------------|-----------|
|------------|-----------|

|                                      |                      |
|--------------------------------------|----------------------|
| MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARÁ | MUNICIPIO DE IRITUIA |
|--------------------------------------|----------------------|

Recebido em: 03/04/2024 16:00:06

Protocolado por: CESAR BECHARA NADER MATTAR JUNIOR